



Ata número quarenta e nove

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da professora Rosária Arroja, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com a presença dos membros que constam da folha de registo de presenças.-----

A ordem de trabalhos da reunião teve os seguintes pontos, tal como indicado na convocatória do dia dezoito de outubro de dois mil e dezassete: -----

- 1 - Leitura, discussão e votação da ata n.º 48 do Conselho Geral; -----
- 2 - Apresentação, análise e discussão do Relatório de Avaliação Interna, relativo ao ano letivo 2016-2017, de acordo com a alínea k) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho; -----
- 3 - Análise, discussão e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2017-2018, de acordo com a alínea e) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho; -----
- 4 - Análise, discussão e aprovação do pedido extraordinário de férias do Diretor do Agrupamento, de acordo com a alínea s) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho; -----
- 5 - Eleições para o Conselho Geral - ponto da situação; -----
- 6 - Balanço da atividade do Conselho Geral durante o quadriénio de 2013-2017; -----
- 7 - Outros assuntos. -----

Dando início à ordem de trabalhos, no ponto um foi lida, discutida e aprovada a ata n.º 48 do Conselho Geral, com os votos a favor de todos os conselheiros presentes. -----

No ponto dois, a presidente do Conselho Geral transmitiu que o Relatório da Avaliação Interna 2016-17 foi elaborado por uma vasta equipa de professores, sob a coordenação do professor Victor Miguel. Trata-se de um documento exaustivo que faz parte do processo de autoavaliação do Agrupamento e que tem por referência as principais finalidades do Projeto Educativo. -----

A presidente citou alguns aspetos preocupantes que merecem ser destacados, entre eles: o elevado número de alunos com ASE, os casos de alunos acompanhados pela CPCJ, e o aproveitamento dos alunos nas disciplinas de Português e de Matemática. -----

Além disso, salientou que no ano letivo a que reporta o Relatório da Avaliação Interna foram abertas mais duas salas de jardim-de-infância (uma na EB Salgueiro Maia e outra na EB Zeca Afonso), contudo ainda não foi possível abranger as crianças com três anos de idade. Para além disso, mencionou que o tempo de permanência das crianças na Educação Pré-escolar continua a ser reduzido. -----

Seguidamente a professora Célia Castanho mencionou que os alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 possuem um Programa Educativo Individual que fundamenta as respostas educativas e as respetivas formas de avaliação, circunstância que permitiu que não fosse registada uma elevada taxa de insucesso. Relativamente ao tempo de permanência dos alunos nas Unidades de Ensino Estruturado, a docente referiu que o mesmo depende do caso de cada aluno. Por último, transmitiu que no ensino pré-escolar tem vindo a aumentar o número de crianças com necessidades educativas especiais. -----

A educadora Graça Passos identificou algumas falhas, nomeadamente a falta de espaços e de recursos, que se repercutem inevitavelmente na qualidade do ensino pré-escolar. A este propósito, o Diretor do Agrupamento, professor Carlos Vilas, acrescentou que relativamente às Atividades de Animação e Apoio à Família e à Componente de Apoio à Família a própria Câmara Municipal não consegue dar uma resposta eficaz, apesar da relevância destas atividades. Afirmou ainda que as crianças permanecem muito tempo no mesmo espaço físico e o facto de ter havido, no ano letivo transato, um aumento do número de crianças por sala, piorou a situação. Ademais, frisou que o ano letivo 2016-2017, foi aquele em que também se contabilizaram menos desistências na Educação Pré-escolar. -----

Relativamente ao 1.º Ciclo, a professora Vitalina Carvalho mostrou preocupação com os resultados escolares do 2.º ano. Por não haver retenções no 1.º ano, os alunos transitam com sucesso relativo e conseqüentemente não acompanham os conteúdos programáticos do ano em que estão matriculados. Aludiu também a situações em que os encarregados de educação, apesar de terem conhecimento que os seus educandos não adquiriram as competências definidas para o 1.º ano, não concordam que sejam integrados novamente em turmas do 1.º ano no ano letivo seguinte. Ainda como causas do insucesso, indicou o elevado número de alunos por turma e o extenso programa curricular, com uma linguagem pouco adequada ao nível etário dos alunos. Para além do referido, a professora Vitalina mostrou-se confiante quanto à melhoria dos resultados escolares do 2.º ano no final do presente ano letivo, realçando para o efeito o aumento do número de horas semanais de apoio educativo por turma, quer no âmbito do Plano de Ação Estratégica, quer no apoio ministrado pelo professor de apoio educativo. -----

A professora Rita Moreira, além de ter mencionado as disciplinas que na avaliação sumativa interna apresentaram um desvio negativo em relação às metas definidas pelos respetivos departamentos (para os 2.º e 3.º ciclos), salientou a disparidade dos resultados comparativos entre as avaliações interna e externa. Fez uma chamada de atenção para o número reduzido de turmas do 3.º ciclo na EB 2,3 José Maria dos Santos e para a natureza da constituição das mesmas (três eram de PCA), o que contribuiu para a obtenção de resultados académicos pouco desejáveis. Além disso, citou algumas medidas de promoção do sucesso escolar adequadas à resolução das dificuldades dos alunos daqueles ciclos que foram tomadas pelos diretores de turma em conjunto com os encarregados de educação. Sobre este assunto, a professora Rita é da opinião que devem ser indicadas no Relatório da Avaliação Interna as medidas propostas para os alunos que manifestem dificuldades de aprendizagem e que não foram autorizadas pelos seus encarregados de educação. -----

Segundo o ponto de vista da professora Tânia Bernardo, representante do COI, no estudo da avaliação interna não deveriam ser considerados os fatores que condicionam o sucesso. -----

A representante dos pais, Patrícia Caixinha, frisou que são preocupantes os resultados e levantou a questão da diferença existente entre os resultados obtidos na classificação final e na classificação interna de frequência. Ainda sobre a avaliação interna, a professora Rita Moreira comunicou que os professores aplicam os critérios de exame na correção dos testes. Sublinhou também que o Agrupamento tem tido resultados muito próximos da média nacional, o que não se verificou em 2016-2017. -----

A representante de pais, perante o que foi dito, afirmou que cabe aos pais acompanharem ativamente a vida escolar dos seus educandos e cooperarem com os professores no desempenho da sua missão pedagógica. -----

A presidente do Conselho Geral, professora Rosária Arroja, interveio fazendo a enumeração de algumas das medidas efetuadas no processo de acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, logo desde o 1.º ciclo. Realçou a participação dos professores do 4.º ano nas primeiras reuniões dos Diretores de Turma, realizadas no início do mês de setembro, onde são veiculadas todas as informações relevantes sobre esses alunos, bem como a constituição da turmas do 5.º ano sob a orientação da psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação, Dra. Rita Primavera, que também efetua o despiste aos alunos referenciados e procede ao encaminhamento dos alunos mais velhos para uma saída profissional. Na sequência do seu discurso, realçou que a escola tenta sempre fazer o que é melhor para os alunos, embora umas vezes resulte, outras não. Também destacou a existência de alunos que não gostam de determinada disciplina ou matéria, e que não fazem o que lhes é proposto nem demonstram qualquer esforço para superar as dificuldades com que se deparam. Finalizou a sua intervenção transmitindo que esta fase poderá ser transitória e que a retenção dos alunos poderá não ser a melhor solução, pois os alunos ao longo do ciclo de estudos podem progredir nas aprendizagens. -----

A representante dos pais, Vera Nunes, foi perentória ao afirmar que “Há que repensar a escola” e reformularem-se as metas de aprendizagem. -----

Como informação adicional, a representante do pessoal não docente, Edite Branco, transmitiu que muitos dos alunos do 5.º ano revelam falta de maturidade e de responsabilidade. Deu como exemplo a perda de pertences, por parte dos mesmos. Os alunos não têm a iniciativa em procurá-los ou participar o seu desaparecimento. São os pais ou outros familiares que, mais tarde, aparecem na escola a fazê-lo. -----

A reunião prosseguiu com a análise da indisciplina, tendo o Diretor do Agrupamento comunicado que nos três primeiros anos de aplicação do Código de Conduta houve uma melhoria dos resultados, o que não se verificou no último ano letivo. Referindo-se a esta alteração, e concretamente ao Núcleo de Apoio Comportamental Educativo para a Prevenção da Indisciplina (NACEPI), admitiu que os valores poderão não corresponder exatamente à realidade devido a muitas das ocorrências, no 2.º e 3.º ciclos, terem ocorrido em espaços exteriores à sala de aula. Além disso, acentuou que os motivos da indisciplina “agressividade física” e “desrespeito pela autoridade do adulto” são inquietantes. Aproveitou o momento para enaltecer o trabalho da Escola Segura que muito tem colaborado com a Direção do Agrupamento, quer na prevenção de comportamentos de risco, quer na sinalização de casos de alunos, encaminhando-os para as entidades competentes. -----

De imediato, a representante do pessoal não docente, Clara Serafim, tomou a palavra para manifestar a falta de apoio familiar sentida por alguns alunos, incluindo os mais velhos. Também mencionou que a Direção do Agrupamento está atenta a todas as situações geradoras de indisciplina. -----

O Diretor do Agrupamento fez saber que, volvido um mês e meio de ação da nova Direção, os problemas que advêm da indisciplina têm sido resolvidos com uma conversa educativa com os alunos e com a comunicação imediata aos encarregados de educação. Na sua opinião, tais ações começam já a dar os seus frutos. -----

Ainda acerca da análise do relatório de autoavaliação do Agrupamento, e mais concretamente do NACEPI, a representante dos pais e encarregados de educação, Patrícia Caixinha, alegou que naquele documento não é especificado o que se entende por “perturbação em sala de aula”, o mesmo sucede em relação aos “motivos da Indisciplina”, onde não é encontrada uma explicação para o elevado número de ocorrências. No que se refere ao “número de ocorrências por comportamento” também não é explicitado o comportamento “outras”, o mesmo se verifica nas “medidas disciplinares aplicadas” - “outras”. Face ao exposto, a representante de pais e encarregados sugeriu que no próximo Relatório de Avaliação Interna sejam tidos em consideração aqueles aspetos. -----

Referiu ainda que da leitura efetuada aos indicadores relativos à indisciplina, e atendendo o número de reincidências, sobretudo no 5º ano, transmitiu a necessidade de se refletir sobre esses números, sobre o encaminhamento dado àqueles alunos e se o mesmo é o mais adequado. -----

Terminou reforçando a advertência já efetuada pelos representantes de pais e encarregados de educação no relatório anterior, relativamente à expressão “aluno indisciplinado”. A conotação deverá ser feita ao comportamento e não à pessoa, sugerindo-se a sua correção para “aluno com comportamento de indisciplina”. -----

A professora Vitalina Carvalho esclareceu que na medida disciplinar corretiva “outras”, no 1.º ciclo, são incluídos a realização de trabalhos de casa suplementares e o impedimento do aluno em participar numa visita de estudo, sendo esta uma decisão conjunta do professor titular de turma e do encarregado de educação. -----

Por último, a presidente do Conselho Geral solicitou autorização ao Diretor do Agrupamento para divulgar os resultados das provas de aferição do 2.º e 5.º anos, tendo este dado o seu consentimento. -----

Relativamente ao desempenho dos alunos do Agrupamento por domínio cognitivo, verificou-se que no domínio superior “Raciocinar/Criar” os resultados ficaram aquém do expectável. O Diretor informou que estes resultados estão a ser estudados pelos respetivos Departamentos e que posteriormente serão emitidos os seus pareceres, assim como as estratégias de superação encontradas, com vista à melhoria dos resultados. -----

A propósito das provas de aferição, a professora Rita Moreira sublinhou que estas não têm carácter eliminatório, e como tal os alunos não demonstram tanto empenho nem as valorizam. A professora Tânia Bernardo enfatizou as notícias dadas pela comunicação social em relação às provas “são obrigatórias mas não contam para a nota final dos alunos”. -----

No ponto três procedeu-se à análise do Plano Anual de atividades (PAA) 2017-2018. O Diretor deu a conhecer que o documento está dividido por períodos letivos e em categorias, o que facilita tanto a consulta do documento como a avaliação das atividades. Apesar de ter havido o cuidado de se reduzirem as atividades e se terem aglutinado outras, o número das atividades continua a ser elevado (165). Na opinião do Diretor, caso venha a verificar-se que aquelas continuam em demasia, no final do ano letivo terá de ser feita uma ponderação e saber quais os benefícios que trouxeram para os alunos. -----

O Diretor aproveitou a ocasião para informar os conselheiros que esteve presente na apresentação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Palmela “Eu Conquisto o meu Sucesso”, que se enquadra no programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020. O município de Palmela aposta na qualificação, inovação e numa atuação através da arte, do desporto, da literatura e do património, enquanto estímulos motivacionais, quer para os alunos, quer para toda a comunidade educativa. Este plano tem a duração de três anos e envolve todos os agrupamentos de escolas do concelho. -----

Voltando à análise do PAA 2017-2018, a presidente do Conselho Geral salientou uma evolução positiva no documento, fazendo referência à sua apresentação e à avaliação das atividades. Além disso, fez uma chamada de atenção para a correção e explicitação dos objetivos das atividades n.º 34 e n.º 35 (página 16), n.º 113 (página 60) e n.º 151 (página 78). -----

A representante de pais e encarregados de educação, Maura Ribeiro, citou que no PAA 2017-2018, algumas atividades não têm a previsão do seu custo, dando como exemplo a atividade n.º 142 (página 74). -----

A propósito do custo das atividades, no item “Recursos”, a presidente considera que deveriam ser explicitados os custos suportados pelos encarregados de educação e pelo Agrupamento para se perceber quanto se gasta efetivamente com estas 165 atividades, e se a verba canalizada para as mesmas compensa financeiramente. -----

O parecer do Conselho Geral sobre o Plano Anual de Atividades referente ao ano letivo 2017-2018 foi aprovado por unanimidade. -----

No ponto quatro foi analisado o pedido de gozo de férias extraordinário do Diretor, o qual foi aprovado com o voto de todos os conselheiros. -----

No ponto cinco, a presidente fez o ponto da situação relativamente às eleições para o Conselho Geral. Informou que estão finalizados todos os documentos, à exceção do boletim de voto. Este, só poderá ser impresso após o conhecimento das listas. Ainda sobre este tema, a presidente agradeceu ao grupo que preparou todo o processo eleitoral. -----

No ponto seis efetuou-se o balanço da atividade do Conselho Geral no quadriénio 2013-2017. Destacou-se o cumprimento de todas as atividades, contudo algumas delas não foram realizadas na data prevista, por mera questão temporal. -----

O Diretor tomou a palavra, manifestando o prazer e a oportunidade que lhe foram dados ao participar neste Conselho Geral. Aludiu ao diálogo e ao respeito mútuo, bem como ao trabalho desenvolvido com o contributo de todos os conselheiros. Por último, agradeceu a todos e transmitiu que é fundamental a

participação de outras pessoas no Conselho Geral para que possam sentir as dificuldades que assolam o Agrupamento e contribuir com as suas sugestões. -----

Logo após, a representante de pais e encarregados de educação, Maura Ribeiro, pediu à Presidente para ler, em nome da representante de pais e encarregados de educação, Paula Reis, uma carta de despedida. Após a leitura desta carta, a Presidente do Conselho Geral agradeceu a todos a disponibilidade que demonstraram para a construção de uma escola melhor, em prol dos nossos alunos. -----

Por fim a professora Rosária Arroja transmitiu que deixará nos processos individuais dos conselheiros o documento comprovativo das funções desempenhadas ao longo dos quatro anos de mandato no Conselho Geral. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim que a secretariei e pela Presidente do Conselho Geral. -----

A Secretária

A Presidente do Conselho Geral

Fátima Varela

Rosária Arroja